

Pescas, em situação de mobilidade especial — provido automaticamente, na mesma categoria, em lugar a criar e a extinguir quando vagar do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12, com efeitos a 1 de Setembro de 2008.

27 de Agosto de 2008. — A Directora Central de Gestão e Administração, *Mariália Baptista Mendes*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

#### Despacho n.º 22629/2008

Nos termos do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 118-A/2008, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, subdelego no conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., as competências que me foram subdelegadas, por despacho do Ministro da Justiça, para a prática de todos os actos a realizar no âmbito de contratação dos serviços para elaboração das peças concursais relativas à empreitada de adaptação e construção das novas instalações da Polícia Judiciária.

Ratificam-se todos os actos praticados até ao momento no âmbito do lançamento daquele procedimento concursal pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

19 de Agosto de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

#### Despacho n.º 22630/2008

Nos termos do n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 118-C/2008, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, subdelego no conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., as competências que me foram subdelegadas, por despacho do Ministro da Justiça, para a prática de todos os actos a realizar no âmbito do procedimento destinado à adjudicação da empreitada de concepção-construção do Estabelecimento Prisional de Grândola.

Ratificam-se todos os actos praticados até ao momento no âmbito do lançamento daquele procedimento concursal pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

19 de Agosto de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

#### Despacho n.º 22631/2008

Nos termos do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 118-D/2008, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, subdelego no conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., as competências que me foram subdelegadas, por despacho do Ministro da Justiça, para a prática de todos os actos a realizar no âmbito da contratação de serviços especializados para a adaptação/concepção de diversas peças concursais, incluindo as especificações técnicas referentes ao estabelecimento prisional tipo/800, adaptando-as a estabelecimentos prisionais tipo/600 e de tipo/300.

Ratificam-se todos os actos praticados até ao momento no âmbito do lançamento daquele procedimento concursal pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

19 de Agosto de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

### Secretaria-Geral

#### Despacho (extracto) n.º 22632/2008

Por meu despacho de 25 de Agosto de 2008:

Cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (Lei da mobilidade), designadamente, através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, P20080972/SIGAME, no qual não foram encontrados dados de pesquisa de opositores obrigatórios efectuados pela Entidade Gestora da Mobilidade, sendo que, igualmente, não se verificou qualquer candidatura voluntária, nomeio, precedendo concurso

interno de acesso geral, a técnica superior de 1.ª classe, Ana Maria Alcinda Ah-kaw, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na categoria de técnica superior principal, carreira técnica superior, escalão 1, índice 510.

26 de Agosto de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

#### Despacho (extracto) n.º 22633/2008

Por despacho de 23 de Julho de 2008 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20 de Agosto de 2007):

Maria Elisa Marcos Salgado, escritã auxiliar do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com efeitos a 1 de Setembro.

Rui Manuel Pereira Pinto, escrivão auxiliar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, com efeitos a 1 de Setembro.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Agosto de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*.

### Direcção-Geral de Reinserção Social

#### Despacho (extracto) n.º 22634/2008

Por meu despacho de 2008.07.22:

Licenciado Nuno Manuel Peres Caiado, assessor principal da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, como Director de Serviços de Vigilância Electrónica dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

#### Nota Curricular Académica e Profissional

Dados pessoais:

Nome: Nuno Manuel Peres Franco Caiado

Data de nascimento: 06.01.1959

Estado Civil: Casado

Profissão: Funcionário Público

Habilitações académicas:

1980/81 — Licenciatura em serviço social, Instituto Superior de Serviço Social — Lisboa

Percurso profissional:

DGRS, desde Mai2007: director de serviços da Vigilância Electrónica, em regime de substituição:

Funções de direcção e administração do sistema nacional de vigilância electrónica, articulação com as magistraturas e demais operadores judiciais, coordenação dos estudos de monitorização da evolução do sistema;

Membro do júri do concurso público internacional para a aquisição de serviços de vigilância electrónica.

IRS, desde Jan2003: Encarregado de Missão para o Sistema de Monitorização Electrónica de Arguidos:

Funções de coordenação da implementação e desenvolvimento do programa de vigilância electrónica, articulação com as magistraturas e demais operadores judiciais, coordenação dos estudos para o alargamento da vigilância electrónica a todo o território nacional, representação do IRS na comissão de acompanhamento prevista na RCM 1/2201 de 06Jan;

Membro do júri do concurso público internacional para a aquisição de serviços de vigilância electrónica.